

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



4.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1049

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

4.ª Reunião da Sessão Ordinária iniciada a de 18 fevereiro de 2014 - 18 de março de 2014

- *Voto de Pesar n.º 1 (Deliberação n.º 56/AML/2014)*
- Subscrito pela Presidente da AML - «Pela morte do Cardeal D. José Policarpo, Patriarca Emérito de Lisboa»
[pág. 552 (134)].

- *Voto de Pesar n.º 2 (Deliberação n.º 57/AML/2014)*
- Subscrito pela Presidente da AML - «Pelo falecimento de José Medeiros Ferreira» [pág. 552 (134)].

- *Proposta n.º 851/2013 (Deliberação n.º 59/AML/2014)*
- Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado - Deliberar sobre a Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, nos termos da proposta, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 79.º e do n.º 6 do artigo 97.º-B do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, este último aditado pelo Decreto-Lei n.º 316/2007,

de 19 de setembro, bem como da alínea **h)** do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro [pág. 552 (134)].

- *Proposta n.º 854/2013 (Deliberação n.º 60/AML/2014)*
- Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado - Deliberar sobre a Alteração do Plano de Urbanização do Alto do Lumiar, nos termos da proposta, que reenvia para apreciação da Assembleia Municipal a Proposta n.º 524/2013, aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato transato, ao abrigo da alínea **h)** do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro [pág. 552 (144)].

- *Proposta n.º 857/2014 (Deliberação n.º 61/AML/2014)*
- Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado - Deliberar sobre a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Santa Clara, nos termos da proposta, que reenvia para apreciação da Assembleia Municipal a Proposta n.º 691/2013, aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato transato, ao abrigo do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto [pág. 552 (386)].

- *Proposta n.º 10/2014 (Deliberação n.º 62/AML/2014)* - Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado - Deliberar sobre a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 265 m², sita a tardoz dos prédios n.ºs 1 e 3 da Rua Aboim Ascensão e n.º 1 da Rua Afonso Lopes Vieira, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 1, alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro [pág. 552 (408)].

- *Proposta n.º 50/2014 (Deliberação n.º 63/AML/2014)* - Subscrita pelo Vereador Duarte Cordeiro - Deliberar sobre a alteração à repartição de encargos da aquisição de Gás Natural Comprimido (GNC) para veículos da frota municipal pelo período mínimo de um ano prorrogável até ao máximo de três anos,

nos termos da proposta, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro [pág. 552 (411)].

- *Proposta n.º 49/2014 (Deliberação n.º 64/AML/2014)* - Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado - Deliberar sobre a Proposta n.º 633/2013, aprovada em Reunião de Câmara durante o mandato transato, para aprovação da permuta do prédio municipal denominado «Palácio Benagazil» pelo prédio particular sito na Rua Maria Andrade, 13, bem como da celebração de um contrato de arrendamento não habitacional com a CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL, nos termos da Proposta n.º 633/2013, ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro [pág. 552 (411)].

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

Sessão Ordinária iniciada em 18 de fevereiro 2014

4.ª Reunião - 18 de março

- *Deliberação n.º 56/AML/2014:*

- Voto de Pesar n.º 1 - «Pela morte do Cardeal D. José Policarpo, Patriarca Emérito de Lisboa» - Subscrito pela Presidente da AML.

Aprovado por unanimidade.

Nota: O documento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta no *site* da AML.

- *Deliberação n.º 57/AML/2014:*

- Voto de Pesar n.º 2 - «Pelo falecimento de José Medeiros Ferreira» - Subscrito pela Presidente da AML.

Aprovado por unanimidade.

Nota: O documento encontra-se disponível, na íntegra, para consulta no *site* da AML.

- *Deliberação n.º 59/AML/2014:*

Aprovada por maioria com a seguinte votação: Favor - PS-/PSD/CDS-PP/PAN/PNPN/5 IND/Presidente - Contra - PCP-/BE/PEV/MPT.

Proposta n.º 851/2013 - Deliberar sobre a Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa - Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado

Proposta n.º 851/2013

Assunto: Aprovar o projeto de versão final da Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa para efeitos de envio à Assembleia Municipal

Pelouro: Vereador Manuel Salgado.

Serviço: DMPRGU/DPRU.

Considerando que:

Através da Deliberação n.º 199/CM/2013, a Câmara Municipal aprovou, na sua reunião pública realizada no dia 27 de março de 2013, a abertura de período de divulgação pública da proposta de Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa para imóveis desafetos do domínio público militar, de acordo com o artigo 157.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2013) e o artigo 97.º-B do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro (RJIGT);

Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 97.º-B do RJIGT, não houve lugar a ponderação dos resultados da apreciação pública, em virtude de não terem sido recebidas participações no prazo concedido para apresentação de reclamações, observações ou sugestões, o qual decorreu entre 22 de abril e 11 de junho de 2013;

A deliberação municipal que determinou a Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal de Lisboa, contendo a solução integradora que resulta da aplicação das normas aplicáveis às parcelas confinantes dos imóveis em causa, foi sujeita a parecer final da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR

- *Deliberação n.º 62/AML/2014:*

Aprovada por maioria com a seguinte votação: Favor- PS/ /PSD/PCP/BE/PAN/PNPN/5 IND/Presidente - Abstenções - CDS-PP/PEV/MPT.

Proposta n.º 10/2014

Assunto: Aprovar submeter à Assembleia Municipal a desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 265 m², sita a tardoz dos prédios n.ºs 1 e 3 da Rua Aboim Ascensão e n.º 1 da Rua Afonso Lopes Vieira

Pelouro: Vereador Manuel Salgado.

Serviço: DMPRGU - Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial.

Considerando que:

a) Por escritura outorgada em 1 de agosto de 1951, a CML vendeu 17 parcelas de terreno à então Federação das Caixas de Previdência, nas imediações da Avenida do Brasil, para a construção de Habitações de Renda Económica (cf. Anexo I, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);

b) De acordo com a mesma escritura, revertiam para o domínio e posse da CML todos os terrenos objeto deste contrato não aplicados à construção das mesmas casas de renda económica, contra restituição à Federação do preço por ela pago;

c) Em 30 de maio de 1966 a CML vendeu em hasta pública o lote de terreno designado pelo n.º 1286 situado na Rua António Patrício, da freguesia do Campo Grande, a três irmãos Deolinda Gonçalves Tomé, Julieta da Cunha Gonçalves e José Maria Gonçalves Júnior (cf. Anexo II, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);

d) O lote de terreno tinha 795,90 m² e conforme condição especial da hasta destinava-se à construção de uma clínica;

e) Foi apresentado à CML um projeto de construção, pelos proprietários, que foi deferido no âmbito do Processo de Obra n.º 57 018, tendo sido construído um edifício com o n.º de polícia 25 da Rua António Patrício, cujo alvará, para funcionar como Clínica, foi emitido em 28 de setembro de 1967;

f) O prédio edificado composto por cave, rés do chão e cinco andares, ocupando a área total do lote de terreno de 795,90 m², foi arrendado em 1 de abril de 1970 a uma Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada, denominada Clínica S. João de Deus, C.T.D. - Centro de Tratamento de Doentes, S.A.R.L. (cf. Anexo III, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);

g) O Ponto Quarto da escritura de arrendamento determinava que o prédio era arrendado para a sociedade inquilina instalar e explorar uma clínica médica, com internamento;

h) Por solicitação da arrendatária C.T.D. os proprietários requereram à CML, em 9 de agosto de 1983, a disponibilização de um terreno para ampliação dos serviços da Clínica através da construção de um Anexo, que seria um prolongamento da mesma, encostado à empena norte do edifício já existente, que deu origem ao Processo n.º 42 168/DSCC/1983;

i) De acordo com as informações prestadas por Julieta da Cunha Gonçalves, o pai, José Maria Gonçalves, por motivos de saúde e em nome dos seus filhos, adiantou as verbas necessárias à concretização do negócio e da construção do anexo a Daniel Pinto, enquanto administrador da C.T.D., que junto da CML tratou da documentação necessária à compra da parcela de terreno;

j) Daniel Pinto responsabilizar-se-ia pela construção do anexo e em contrapartida, finda a construção, a C.T.D. instalar-se-ia no anexo sem ter de pagar renda pelo espaço ocupado durante o prazo de 10 anos;

l) No sentido de dar sequência ao pedido formulado, foi aprovado em Sessão de Câmara de 19 de dezembro de 1988, através da Proposta n.º 505/88, vender à Clínica S. João de Deus - C.T.D. - Centro de Tratamento de Doentes, Ltd.^a, ou a quem provasse ser dono do antigo lote municipal n.º 1286, uma parcela de terreno com a área de 330,30 m², orlada a cor verde na Planta n.º 19 497 da 7.^a Repartição da D.S.U., pela importância de 9 475 440\$00 (cf. Anexo IV, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);

m) O Segundo Considerando da Proposta n.º 505/88 mencionava que o projeto de alterações já tinha sido deferido, onde era proposto a ampliação de dois pisos (cave e r/chão) destinados, unicamente, às instalações da Clínica e em particular a atividades de especialidade;

n) O Quarto Considerando indicava que se tratava de um aproveitamento interior em espaço sobrance das construções a reverter à posse da Câmara, não se existindo inconvenientes de natureza urbanística;

o) A Primeira e a Segunda Condição de Acordo, da mesma proposta, determinavam que a parcela de terreno a alienar se destinava a complemento do Lote n.º 1286 e unicamente à ampliação das próprias instalações da Clínica e que qualquer acréscimo da área de construção ou valorização, que a Câmara entendesse ser de autorizar na parcela a transmitir, ficava sujeito ao pagamento de uma compensação;

p) Apesar da aprovação da proposta, a alienação não foi logo formalizada, através da competente escritura, por, à data, se considerar que a área do complemento de lote se encontrava, ainda, na titularidade da Federação das Caixas de Previdência;

q) Se entendeu, por isso, que primeiro era necessário efetuar a escritura de reversão para o Município dos terrenos sobrance, tal como referia o Quarto Considerando da proposta em causa;

r) Uma vez que a escritura não era outorgada e com vista à emissão da licença de construção, foi autorizado à C.T.D., a pedido desta e à semelhança de casos idênticos, que fosse efetuado o depósito da importância correspondente ao valor da parcela a transmitir, no montante de 9 475 440\$00;

s) Por essa razão a C.T.D. depositou a quantia 9 475 440\$00 conforme cópia da Guia n.º 15, de 20 de fevereiro de 1989 e liquidou o valor do imposto que era devido pela transação a efetuar, a 14 de fevereiro de 1989, pelo conhecimento de Sisa n.º 34/1534 no montante de 947 544\$00 (cf. Anexos V e VI, que se juntam e se dão por integralmente reproduzidos);

t) Posteriormente, e porque a Clínica pretendeu acrescentar um piso de construção, por aproveitamento do vão existente entre os pisos inicialmente projetados, foi calculada uma compensação pelo melhor aproveitamento da parcela de terreno destinada a complemento do lote n.º 1286, de 4 122 720\$00, liquidada também pela C.T.D. (Guia n.º 10) e paga a sisa correspondente, de 412 272\$00, respetivamente, em 25 de janeiro e 5 de fevereiro de 1990 (cf. Anexos VII e VIII, que se juntam e se dão por integralmente reproduzidos);

u) Por escritura outorgada em 9 de março de 2001, Julieta da Cunha Gonçalves comprou a quota-parte (2/3) do imóvel que pertenciam aos seus irmãos, ficando como única proprietária do prédio arrendado à C.T.D., que se encontra atualmente descrito no Registo Predial sob o n.º 816 da freguesia do Campo Grande, e inscrito na matriz sob o artigo 594.º da mesma freguesia (cf. Anexo IX, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);

v) Em 14 de novembro de 2004 Julieta da Cunha Gonçalves enviou uma notificação judicial avulsa à CML, solicitando, essencialmente, que a CML promovesse a reversão junto do Instituto dos terrenos sobranes para posterior alienação à Requerente da parcela a completar o antigo Lote n.º 1286, de modo a dar, assim, cumprimento à Proposta n.º 505/88 (cf. Anexo X, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);

w) Na sequência deste pedido, em julho de 2005, um fiscal da então DAAP/DPI fez um levantamento no local em causa e respetiva zona envolvente, e em colaboração com o Serviço de Registos identificou em planta as áreas cobertas (694 m²) e descobertas (332 m²) na posse do IGFSS, as áreas integradas no domínio público (municipal) averbadas nas descrições da conservatória (875,40 m²), a área alienada em hasta pública do lote municipal n.º 286 (795,90 m²) e a área cedida para complemento do lote 1286 (330,30 m²) (cf. Anexo XI, que se junta e se dá por integralmente reproduzido);

x) Se verificou, atentas as descrições prediais n.ºs 732, 733 e 734 da freguesia do Campo Grande relativas às casas de renda económica, entretanto construídas, que foram averbadas, a pedido do IGFSS, as áreas afetas ao domínio público para arruamentos e jardins (cf. Anexos XII, XIII e XIV que se juntam e se dão por integralmente reproduzidos);

y) Esses prédios são confinantes com a parcela a alienar em complemento de lote, constatando-se, igualmente, que a área prometida alienar em complemento de lote está em domínio público municipal desde 25 de agosto de 1993;

z) Da análise das descrições prediais resulta que a soma das áreas afetas ao domínio público perfazem um total de 875,40 m², área suficiente para desafetar 265 m² necessários à completude da parcela a alienar em complemento de lote (cf. Anexo XV que se junta e se dá por integralmente reproduzido);

aa) Para finalizar o processo de alienação da parcela a completar o antigo lote de terreno n.º 1286, cujo preço, bem como a compensação pelo melhor aproveitamento, já foram integralmente pagos ao Município, importa proceder à desafetação do domínio público para o domínio privado do Município a parcela de terreno com a área total de 265 m².

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) e do artigo 25.º, n.º 1, alínea q), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal:

- A desafetação do domínio público municipal para o domínio privado da parcela de terreno com a área de 265 m², sita a tardoz dos prédios n.ºs 1 e 3 da Rua Aboim Ascensão e n.º 1 da Rua Afonso Lopes Vieira, representada a cor rosa na Planta n.º 13/239/DPSVP (cf. Anexo XVI que se junta e se dá por integralmente reproduzido), à qual se atribui, apenas para efeitos notariais e registrais, o valor de 1325 euros (mil trezentos e vinte e cinco euros), correspondente a 5 euros/m².

Confrontações:

Norte - logradouros dos prédios n.ºs 1 e 3 da Rua Aboim Ascensão.
Sul - CML e Clínica S. João de Deus.

Nascente - logradouro de prédio n.º 1 da Rua Afonso Lopes Vieira.

Poente - CML e logradouro de prédio particular.

ANEXOS

I - Cópia da certidão da escritura outorgada em 1 de agosto de 1951;

II - Cópia do Alvará n.º 983 (hasta pública de 30 de maio de 1966);

III - Cópia da escritura de arrendamento de 1 de abril de 1970;

IV - Cópia da Proposta n.º 505/88;

V - Cópia da Guia de pagamento n.º 15 de 20 de fevereiro de 1989;

VI - Cópia da Sisa de 14 de fevereiro de 1989;

VII - Cópia da Guia de pagamento n.º 10 de 25 de janeiro de 1990;

VIII - Cópia da Sisa de 5 de fevereiro de 1990;

IX - Certidão predial - Descrição n.º 816;

X - Cópia da notificação judicial avulsa de 14 de novembro de 2004;

XI - Levantamento do fiscal de 07.2005;

XII - Certidão predial - Descrição n.º 732;

XIII - Certidão predial - Descrição n.º 733;

XIV - Certidão predial - Descrição n.º 734;

XV - Planta de trabalho;

XVI - Planta n.º 13/239/DPSVP.

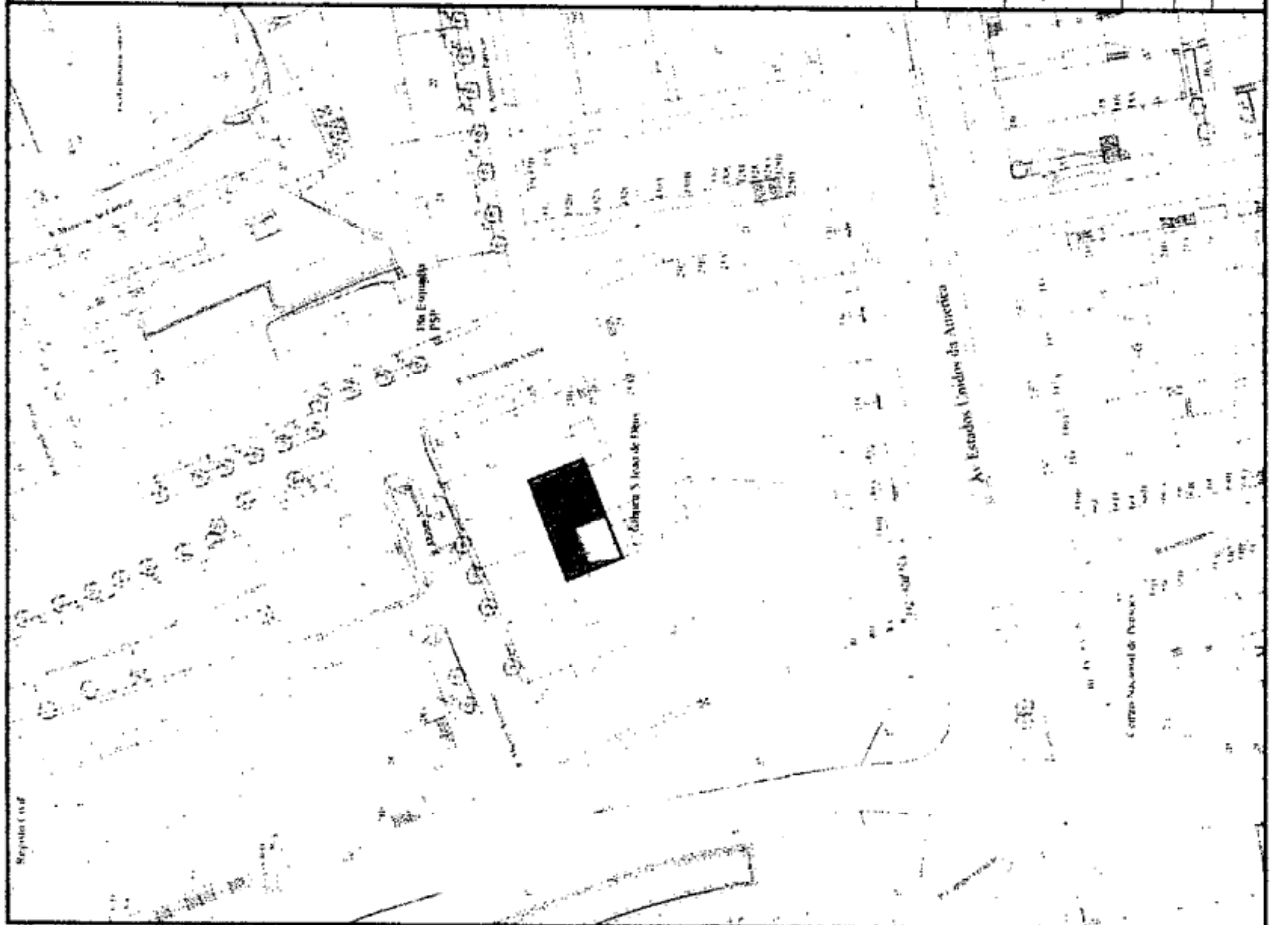
(Processo n.º 27 819/CML/13.)










































































POLYMER LETTERS

100

(continued from p. 100)

$$S_{\text{eff}} = S_{\text{eff}}^{\text{tree}} + S_{\text{eff}}^{\text{1-loop}} + S_{\text{eff}}^{\text{2-loop}} + \dots$$


Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>).

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt